



Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, José Maria Pereira Coutinho

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, de 24 de Outubro de 2013, enviada a coberto do ofício n.º 66/E42/V/GPAL/2013 da Assembleia Legislativa de 6 de Novembro de 2013 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 7 de Novembro de 2013:

O Governo da RAEM dedica grande atenção à educação moral e cívica dos jovens e alunos, pelo que, os serviços responsáveis têm vindo a colaborar com as escolas e os sectores da sociedade para a implementação de políticas, currículos, formação de docentes e educação comunitária, entre outros aspectos, no sentido de reforçar a consciência cívica dos alunos e aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre a Lei Básica, bem como reforçar a participação social da geração mais jovem.

Ao nível das políticas e planeamento, o reforço da educação moral e cívica é considerado como uma das orientações importantes das políticas do Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior de Macau (2011-2020); após ouvidas as opiniões do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior, foram definidas as Políticas da Educação Moral no Âmbito do Ensino Não Superior, as quais destacaram a exigência do reforço do conhecimento e do sentido de pertença a Macau, por parte dos alunos, cultivando neles uma boa consciência cívica e capacidade de participação activa na sociedade; a Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior definiu claramente a necessidade de cultivar, nos alunos, “o amor pela Pátria e por Macau, bem como boas qualidades morais e o sentido de observância da disciplina e cumprimento da lei” e “valores morais dignos e o espírito democrático”, proporcionando, assim, um importante regime para assegurar o reforço da educação moral e cívica nas escolas. A Política de Juventude de Macau, que será divulgada em breve, considera também a promoção da participação social dos jovens como uma das orientações importantes da política e apresenta também uma série de medidas concretas, nomeadamente, nas áreas relativas ao trabalho voluntário, associativismo juvenil, entre outras.

Relativamente aos currículos e materiais didácticos, o Quadro da Organização Curricular da Educação Regular, projectado pela DSEJ, estipulou que os ensinamentos primário, secundário geral e secundário complementar devem criar a disciplina de Educação Moral e Cívica e, no



que respeita às Exigências das Competências Académicas Básicas (do texto para recolha de comentários), desta disciplina, definiu claramente que todas as escolas devem cultivar, nos alunos, a consciência cívica e moral social, auxiliando-os na melhoria do conhecimento da Lei Básica de Macau e dos direitos e deveres dos cidadãos, para formar uma consciência democrática e de respeito pelo primado da lei, bem como a capacidade de serviço à sociedade. A DSEJ encarregou, ainda, uma instituição profissional de elaborar o respectivo material didáctico “Educação Moral e Educação Cívica”, respeitante a Macau, para apoiar as escolas na concretização das exigências acima referidas, sendo que, até ao ano lectivo de 2012/2013, 60%, 46,5% e 34,8% das escolas, respectivamente, dos ensinamentos primário, secundário geral e secundário complementar, optaram por utilizar este material didáctico, traduzindo, assim, um apoio significativo prestado a estas escolas. Actualmente, a DSEJ encontra-se a cooperar com aquela instituição para a mesma efectuar, ordenadamente, a revisão do material didáctico.

Quanto à formação de docentes, desde o ano lectivo de 2010/2011, foram realizadas várias edições do Programa de Formação sobre a Lei Básica para Docentes Principais da Disciplina de Educação Moral e Cívica e, ao mesmo tempo, encontra-se a ser planeado um programa de formação do curso de certificado de docentes da disciplina de educação moral e cívica, a fim de disponibilizar formação profissional de forma ainda mais sistemática, para docentes desta área. Além disso, a DSEJ presta também grande importância à criação de uma equipa de trabalho da educação moral, nas escolas, incentivando-as a criar um grupo de trabalho da educação moral sendo que, até ao ano lectivo de 2012/2013, 61 escolas criaram este grupo, ocupando 78,2% do total de escolas da educação regular.

Em relação à educação comunitária, a DSEJ vem cooperando, durante vários anos consecutivos, com a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ), o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) e a Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau, na realização de uma série de actividades educativas sobre a generalização da Lei Básica, com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos cidadãos de Macau sobre a mesma. Em 2013, realizou-se uma série de actividades comemorativas no âmbito do 20.º aniversário da promulgação da Lei Básica, que incluíram seminários, concurso de conhecimentos jurídicos e da Lei Básica, exposição itinerante no Interior da China, concurso de *design* de jogos de tendinhas, concurso de pintura de desenhos para crianças, bazares, etc. Paralelamente, através do programa de televisão educativa “Educação e Juventude Dinâmica”, a DSEJ, tem transmitido uma série de episódios sobre a Lei Básica, apresentando os respectivos conteúdos relacionados com os cidadãos, sob a forma de uma pequena e descontraída novela. Em 2013,



71 alunos de 27 escolas participaram em actividades de educação sobre assuntos nacionais, realizadas pelo Centro de Educação Moral, de modo a aprofundar os seus conhecimentos sobre a Lei Básica. Para elevar, de modo avançado, a qualidade dos cidadãos, no âmbito da educação moral e cívica, o IACM organizou em 2012, conjuntamente com os serviços públicos, os institutos educativos, as associações de pais das escolas, órgãos de comunicação social e instituições de cariz social, uma palestra sobre educação moral e cívica, abordando a questão do desenvolvimento dos trabalhos da educação moral e cívica realizados em Macau, com o intuito de proceder à reordenação de recursos facultados pelo governo e pelas associações, de modo a reforçar o espírito de colaboração entre estes.

No que respeita à participação e sensibilização dos jovens para a sua participação na sociedade, a publicação da Política de Juventude de Macau (2012-2020) em 2013, vem salientar a importância dessa participação, consolidada numa série de medidas concretas, sobretudo: o trabalho de voluntariado e a participação dos jovens nas associações. O IACM tem possibilitado, desde sempre, diversas vias de participação aos jovens, como por exemplo: constituiu a Equipa de Voluntários da «Família do Bom Cidadão», em 2003, que possui, actualmente, 141 membros e através da qual a maioria jovens, podem apoiar, de forma voluntária, a promoção e sensibilização para a educação moral e cívica junto do público ao nível do bairro comunitário. Através de “colóquios comunitários” que tiveram início em 2002, têm sido convidados cidadãos e representantes de associações (incluindo associações juvenis) provenientes de diversos bairros, para abordarem assuntos sobre a respectiva comunidade, dando possibilidade aos membros de apresentarem as suas sugestões, contribuindo para melhorar o desenvolvimento da comunidade. A “Reunião Aberta” é outra plataforma implementada pelo IACM que permite aos cidadãos participar, de forma livre e aberta, numa reunião onde se abordam assuntos cívicos e da vida quotidiana da população. São convidados a participar, em cada segundo trimestre do ano, estudantes de diversas escolas, de modo a estimular a sua preocupação e interesse pela sociedade. Face ao modo e hábitos de comunicação entre os jovens da nova geração, o IACM tem reforçado a promoção da educação moral e cívica destinada à camada jovem, através de *websites*, do Centro de Recursos de Educação Cívica e de actividades de promoção, entre outras iniciativas.

Os serviços responsáveis do Governo da RAEM continuarão a cooperar, de forma estreita, com as escolas e outras instituições da sociedade, desenvolvendo plenamente as suas funções, sob vários aspectos, empenhando-se no reforço da educação moral e cívica dos jovens e promovendo a participação social da juventude. Por seu lado, a DSEJ continuará a promover a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

(Tradução)

utilização do material didáctico de “Educação Moral e Educação Cívica”, a reforçar a formação para os docentes e a concretizar as disposições relacionadas com a Política de Juventude de Macau (2012-2020). Face aos problemas comunitários que carecem de reforço ao nível da educação moral e cívica e elevar a informação ao público sobre a mesma, o IACM cooperará com as associações juvenis e instituições civis, no curto prazo, organizando actividades para os jovens e desenvolvendo, em conjunto, a educação moral e cívica. No médio prazo, o IACM pretende estimular a participação de mais jovens para que apresentem as suas opiniões e sugestões e, assim, contribuam para definir o rumo das diferentes fases e objectivos dos trabalhos da educação moral e cívica. Quanto ao longo prazo, o IACM focalizará energias na nova geração de jovens, incentivando-os a divulgar por si próprios, enquanto protagonistas da vida social, uma filosofia dos valores culturais e tradicionais de excelência, a estimar a afectividade e a entreajuda entre as pessoas, pondo em prática a concretização do bom cidadão.

Aos 23 de Janeiro de 2014.

A Directora substituta,

Lou Pak Sang
(Subdirector)